

EDUCAÇÃO E FILOSOFIA: A CONTRIBUIÇÃO DE ARISTÓTELES

Eleno Marques de Araújo¹

Wellington Jhonner Divino Barbosa da Silva²

Resumo: Este artigo objetiva investigar e demonstrar que a educação, como se conhece hoje, tem sua origem na Grécia Antiga junto à Filosofia, mas, sobretudo com o surgimento dos sofistas e, por fim, apresentar a contribuição de Aristóteles para a temática da educação. Para tanto, foi necessário uma revisão bibliográfica em autores como: Aristóteles (2002; 1999); Jaeger (2001); Tardif (2010) entre outros. A educação grega tem, a princípio, seu início com Homero e Hesíodo, por meio de seus poemas, e a instrução de uma sociedade cavalesca. Perpassa pelo período pré-socrático, ganhando força vital e definitiva com a filosofia e a sofística, que é considerada a mãe da atual pedagogia, espalhada pelo mundo todo.

Palavras-chave: Educação. Sofistas. Filosofia. Ensino.

Introdução

Antes de adentrarmos à temática correspondente a teoria aristotélica da educação vimos a necessidade de definir, mesmo que de forma elementar, mas com fundamento na própria filosofia, o que é educação. Neste sentido, Abbagnano (2000, p. 305), a define da seguinte maneira:

Educação do grego significa *paideia* e em latim *educatio*. Em geral, designa-se com esse termo a transmissão e o aprendizado das técnicas culturais, que são as técnicas de uso, produção e comportamento, mediante as quais um grupo de homens é capaz de satisfazer suas necessidades, proteger-se contra a hostilidade do ambiente físico e biológico e trabalhar em conjunto, de modo mais ou menos ordenado e pacífico.

Segundo Jaeger (2001, p. 3) “todo povo que atinge certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual”. Dessa forma, a educação, como processo de

¹ Professor Adjunto e Diretor de Ensino na Unifimes. Doutor em Ciências da Religião. eleno@fimes.edu.br

² Professor efetivo da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás. well.jhonner@gmail.com

instrução de novas gerações, é tão antiga quanto pode datar a própria história do ser humano em seu processo de evolução (ARAÚJO, 2014a. p. 45). A partir do momento em que se pode afirmar a consciência do homem, como ser racional, ele teve a preocupação em guardar os conhecimentos adquiridos, a fim de transmiti-los às novas gerações. Assim sendo, a educação nasce junto com o ser humano, enquanto portador de razão.

Para Jaeger (2001, p. 3) “só o Homem consegue conservar e propagar a sua forma de existência social e espiritual por meio das forças pelas quais a criou, quer dizer, por meio da vontade consciente e da razão”. A razão humana é a responsável por agir no humano e fazer dele um animal diferente dos demais. Ele é capaz de aprender, guardar para si o conhecimento apreendido e de transmiti-lo a seus semelhantes o que aprendeu, por meio de uma consciência racional. Dessa maneira, por intermédio da “educação, como o Homem a pratica, atua a mesma força vital, criadora e plástica, que espontaneamente impele todas as espécies vivas à conservação e propagação do seu tipo” (JAEGER, 2001. p. 3). Matallo Junior (2003, p. 13) assegura que “todos os povos de antiguidade desenvolveram formas de saber [...] Porém, só os gregos destacaram entre os demais, dado a criação da filosofia”. A filosofia, por seu caráter peculiar do uso da razão, proporcionou aos gregos sobressaírem dentre os demais povos, culminando com a invenção do sistema democrático na *Ágora* e o governo da *polis*.

Origem da educação na filosofia grega

O primeiro filósofo a tocar no assunto da educação foi Xenófanes de Colofão. Ele viveu por volta de 570 a. C. nas colônias gregas da Ásia Menor. Este pré-socrático faz referência ao ensino aprendido, ao reconhecer que Homero foi o grande mestre, que instruiu toda a população, nos primórdios do que se pode chamar de Magna Grécia, ao citar em seu 10 fragmento: “Desde o início todos aprenderam seguindo Homero...” (XENÓFANES, 1999, p. 70; Frag. 10). Esta passagem afirma a importância dos poemas homéricos na formação geral de uma cultura cavalheiresca, baseada na pedagogia do exemplo. Onde havia sempre um mestre e os discípulos, que ao observarem o comportamento daquele, procuravam tirar lições de vida.

Outro importante pré-socráticos, neste contexto, é Heráclito. Seu nascimento é situado por volta do ano 540 a. C. Discordando de Xenófanes, ele apresenta posição

contrária sobre os ensinamentos de Homero ao afirmar: “Homero merecia ser expulso dos certames e açoitado, e Arquílico igualmente” (HERÁCLITO, 1999, p. 92; Frag. 42). Também nesta outra afirmação: “Estão iludidos os homens quanto ao conhecimento das coisas visíveis, mais ou menos como Homero, que foi mais sábio que todos os helenos [...]” (HERÁCLITO, 1999, p. 93; Frag. 56). E ainda “Muita instrução não ensina a ter inteligência; pois teria ensinado Hesíodo, Pitágoras, Xenófanes e Hecateu” (HERÁCLITO, 1999, p. 92; Frag. 40). A opção deste pré-socrático e de seguir a razão, que é comum a todos os homens, e não deixar ser guiado por influências externas, sobretudo, pelos poemas homéricos que não leva ao conhecimento verdadeiro das coisas visíveis.

Embora encontremos lampejos sobre o conhecimento e o seu ensino, em Xenófanes e Heráclito, remetendo a Homero e Hesíodo, o ensino-aprendizagem, como é entendido nos dias atuais, só se procedeu com o nascimento da corrente de pensamento denominada sofística. Hoje é mais comum afirmar que nem mesmo Sócrates, Platão e Aristóteles alcançaram a proporção da sofística, dado que aqueles pensavam o homem como cidadão de uma *polis*, e estes como membro de uma sociedade humana. Embora é certo dizer que:

São os filósofos que fundam as primeiras escolas de ensino em Atenas, escolas nas quais estudam pequenos grupos de discípulos. Essas escolas não se dirigem às crianças, mas ao adolescentes e adultos. Os filósofos são, pois, os ancestrais dos professores universitários. De certo modo, inventaram as primeiras universidades, os primeiros lugares públicos dedicados inteiramente ao estudo e à busca da verdade. São considerados, com justiça como os fundadores da história educativa ocidental” (TARDIF, 2010. p. 41).

Neste contexto, ao observarmos o berço da civilização ocidental veremos na Grécia Antiga uma dupla intencionalidade para com a educação: a de Esparta e a de Atenas, assunto que será abordado mais adiante. No entanto, antes de chegar a Magna Grécia, a educação foi processo desenvolvido ao longo de séculos.

Destaca-se que na Grécia “a educação não é uma propriedade individual, mas pertence por essência à comunidade” (JAEGER, 2001. p. 4). Portanto, quem sabe socializa o saber com os demais. É característico dessa região a discussão e é realmente possível ensinar, uma vez que passa pela virtude, e esta né nata no indivíduo, ou é passível de ser transmitida a outrem. Os sofistas não adotam para

sim este princípio de filosofia, mas ao contrário assumem a postura contrária e fundam suas escolas itinerantes. Segundo a sofística o conhecimento pode e deve ser transmitido, no entanto, cobram certos valores por seu trabalho. Da prática de ensino dos sofistas nasce a pedagogia: *paidagogos*.

Uma diferença vital entre o propósito da educação sofística e da filosófica e a ideologia. Enquanto está prepara o indivíduo para ser cidadão da *polis*, aquela prepara o indivíduo para o universal, retirando o sujeito do âmbito do estado e recolocando-o no mundo, como membro de uma sociedade humana. “Os sofistas opera operaram uma verdadeira evolução espiritual, deslocando o eixo da reflexão filosófica da *physis* e dos colmos para o homem e aquilo que concerne a vida do homem como membro de uma sociedade” (REALE e ANTISERI, 1990, p. 73).

Em diferentes momentos da história humana, bem como em diferentes lugares, o processo educativo obedeceu aos interesses ideológicos da própria sociedade da época. “A pedagogia funciona como uma ideologia. Ela camufla a realidade econômica, social e cultural da educação por trás de considerações culturais, espirituais, morais ou filosóficas” (NISKIER, 2001, p. 242). Este princípio ideológico está presente no âmbito do contexto educacional deste a Grécia Antiga. Conforme assevera Jaeger (2001. p. 3):

Uma educação consciente pode até mudar a natureza física do Homem e suas qualidades, elevando-lhe a capacidade a um nível superior. O espírito humano conduz progressivamente à descoberta de si próprio e cria, pelo conhecimento do mundo exterior e interior, formas melhores de existência humana.

Retoma-se aqui a dupla intencionalidade da educação na Grécia Antiga. A ideologia presente na educação de Esparta era, sobretudo, uma grande preocupação com a educação do corpo preparando, assim, o indivíduo para a arte da guerra. Niskier, (2001, p. 33), afirma que: “Em Esparta, a educação voltava-se para a preparação de guerreiros, sem interesse algum pela literatura ou pelas artes”. Com homens bem preparados e corpos bem educados, a *polis* estava segura de possíveis invasores.

Se em Esparta preocupavam com a educação corpórea do guerreiro, em Atenas a preocupação era outra. “Atenas, dava ênfase a uma visão mais universal da cultura (NISKIER, 2001, p. 33). Corrobora neste assunto a afirmação de Gadotti (1999, p. 29) “para os atenienses, a virtude principal de um homem devia ser a luta

por sua *liberdade*.

Além disso, precisava ser racional, falar bem, defender seus direitos, argumentar. Em Atenas, o ideal do homem educado era o orador”. É importante destacar o duplo interesse educativos presentes nessas duas cidades: para Esparta o homem guerreiro; para Atenas, o homem livre e do discurso. Portanto, os interesses educacionais de Atenas visavam preparar o indivíduo para ser um cidadão, isto é, político, preparando-o assim para ser um bom orador e defender os interesses públicos na Ágora.

A contribuição de Aristóteles

Retomando a definição de Abbagnano, se educação é um conjunto sistemático de transmissão de conhecimentos às novas gerações, daqui em diante o texto quer evidenciar, por meio de estudos embasados na filosofia aristotélica, como se processam estes conhecimentos, bem como destacar determinadas características acerca do indivíduo, da cidade-estado, alguns princípios gerais referentes à Educação, à política e o papel do legislador na cidade-estado. De igual modo, discorrer sobre a educação de responsabilidade familiar, e por fim, apontar a relevância da Educação na/para formação de cidadãos participativos na sociedade.

Logo de início perceberemos certos limites em relação ao ato ou efeito de ensinar, isto é, na questão de como e o que ensinar. Em outras palavras: o que é educar. Segundo Niskier (2001, p. 33):

O próprio Aristóteles há 2.500 anos, em sua obra Política, já se preocupava com o problema da educação, admitindo mesmo que sua prática, em vigor naquela época, era de perplexidade. Ninguém sabia sobre qual princípio se deveria proceder: sobre a utilidade da vida? Ou seria a virtude esse princípio? Ou seria um conhecimento mais elevado da educação? Considerava Aristóteles que sobre esses três significados não havia consenso, uma vez que as ideias divergiam sobre a natureza da virtude e, *ipso facto*, sobre sua prática.

Se a educação deve estar voltada à construção de uma personalidade virtuosa, e se a virtude deve concretizar com ações práticas, devemos ter presente que na concepção aristotélica, “o homem é, por natureza, um animal político - *physei politikon zoon*” (ARISTÓTELES, 1999, p. 146), ou seja, ele traz consigo, de maneira natural, a disposição em viver numa comunidade política juntamente com os demais

indivíduos de sua espécie. Completando essa linha de pensamento, Abbagnano (1991, p. 237-238) escrevendo sobre a vida política e a virtude em Aristóteles, afirma que essa:

Não é realizável fora da vida social. A origem da vida social está em que o indivíduo não se basta a si próprio: não só no sentido de que não pode por si só prover às suas necessidades, mas também no de que não pode por si, isto é, fora da disciplina imposta pelas leis e pela educação, alcançar a virtude.

A partir desse pensamento, toma-se por base sua convivência na cidade-estado, a qual, na visão de Aristóteles, é vislumbrada, tendo por princípio, um ambiente com dupla finalidade. Assim, a primeira consiste “na união entre os elementos que não podem subsistir uns sem os outros [...] homem e mulher, uma vez que a espécie precisa continuar” (ARISTÓTELES, 1999, p. 144). Na segunda ele aborda a capacidade que a *polis* tem “de assegurar o viver bem [para os seus componentes]” (ARISTÓTELES, 1999, p. 145), isto é, de proporcionar ao homem uma vida intelectual e moral melhor, uma vez que se apoia na convivência política com os demais seres humanos.

Para tanto, ao refletir sobre as informações supracitadas, entende-se, segundo o pensamento de Aristóteles, em *A Política*, que uma cidade, cidade-estado, surge, inicialmente da união de várias famílias, formando, assim uma aldeia e posteriormente, a junção dessas, entre si, constituem a formação de uma *polis*. Entretanto, assegura Aristóteles que a primeira comunidade humana é a família. Quando algumas famílias estão unidas, ter-se-á o povoado, assentando-se na união de um número maior de famílias sobre uma base definitiva e não provisória. Com o agrupamento dos referidos povoados se constituiu, então, uma cidade perfeita, sendo essa constituidora do *telos* humano (ARISTÓTELES, 1999, p. 145-146).

Tendo por base esse pensamento é que identificamos uma teoria aristotélica focalizando, inicialmente, a educação, haja vista a percepção de que “é difícil obter uma educação correta na virtude a partir da juventude sem ser educado segundo leis corretas, pois viver de maneira moderada e árdua não é agradável à maioria dos homens, particularmente quando são jovens” (ARISTÓTELES, 2002, p. 283). É justamente nesse âmago que podemos situar, como já mencionado, a teoria de Aristóteles sobre a educação, na qual, o legislador, ao aplicar essas leis, de forma direta ou indiretamente principia a educação dos sujeitos que vivem em uma cidade,

sobretudo quando ele evidencia que uma cidade se baseia na educação que os indivíduos devem adquirir para conviverem entre si.

Nessa perspectiva, é válido ressaltar que Aristóteles demonstra que “necessitaremos de leis para regular também a disciplina dos adultos, e com efeito, aquela de todas as pessoas em geral, pois a multidão é mais sensível à coação e à punição do que à razão e as ideais morais” (ARISTÓTELES, 2002, p. 283). Neste sentido, tais leis devem assegurar a educação de todos os cidadãos, independentemente da idade e da quantidade dos mesmos. No entanto, devemos, ainda, ter presente o que afirma Hourdakís (2001, p. 23) “a parte da legislação que assegura a aplicação geral da virtude é aquela que apresenta uma relação com a educação pública e para todos”. Assim sendo, é por meio dessa educação que os indivíduos podem viver e conviver em harmonia na cidade-estado. Além disso, com base substancial nessas ideias é possível justificar que tal educação é capaz de gerar e permitir ao homem desenvolver, no ponto de vista filosófico, uma das mais relevantes ciências cognominadas por Política.

Ao discorrer sobre a influência da política na teoria aristotélica da educação, é mister pensar que ela se constitui como fonte primordial no estudo do finalismo político de tal. Entretanto, pensando a esse respeito há algo inquietante, ou seja, a percepção de que para ela, de fato existir, deverá, necessariamente, contar com a participação de todos os cidadãos nos assuntos políticos.

No entanto, só aos considerados virtuosos eram-lhes possibilitadas tais condições, tendo assim possibilidade de servir ao Estado. Sobre esta visão aristotélica, Hourdakís (2001, p. 24) escreve o seguinte: “para poder servir ao Estado, que é o fim último de suas vidas, os homens deverão aprender certas coisas, e isso eles farão quer por hábitos, quer por intermédio do ensino”.

Nesse ínterim se discute, também, à relação de que a política deve ser constituída por governantes e governados. Neste sentido, Hourdakís (2001, p. 25) garante que “é preciso examinar e elucidar se governantes e governados deverão se suceder uns aos outros ou permanecer os mesmos por toda a vida”. No entanto, a esse respeito, Aristóteles evidencia que tal decisão deve ser tomada pelo legislador e não pelos cidadãos em geral. Se a opção for pela permanência de uma pessoa no exercício do governo, sem o revezamento com os demais cidadãos, constituirá necessariamente uma espécie de linhagem hereditária, o que formaria uma monarquia. Ao contrário, se a decisão constituir-se do revezamento de cidadãos no

comando do governo, ter-se-á a democracia, ou seja, o governo do povo.

Ao observar que essa questão é relativamente intrigante, Aristóteles sugere respaldo na natureza. Em outras palavras, ele acredita que pelo fato de ela realizar uma separação em categorias, sendo na primeira os mais jovens e na segunda os mais experientes, certamente, os mais jovens devem ser governados e os mais velhos governantes. Hourdakís (2001, p. 25), resumindo o pensamento de Aristóteles assevera que “ninguém se indignará ao ser governado por alguém em virtude de sua idade, uma vez que ele mesmo tomará parte no poder, quando chegar à idade requerida”. Logo, pode-se deduzir que o exercício de governo deve ser exercido por cidadãos mais experientes e a partir de uma idade mínima. Os mais jovens devem conformar-se na esperança, de também eles, mais tarde revezarem-se nesta atividade.

Com essa lógica de o mais novo ser governado e o mais experiente governante, mas que em determinado momento da vida o governado poderá, também, assumir o governo de outras pessoas, fica evidente que essa característica é de vital relevância para a compreensão da noção do que Aristóteles pontua como finalismo político da educação, já que na ótica dessa conceituação, a vida se constitui numa teleologia natural, ou seja, que os indivíduos a certo ponto são diferentes, mas que também se constituem sujeitos semelhantes.

Por assim dizer, a mensagem explicitada por Aristóteles (*apud* Hourdakís, 2001, p. 25) é que “aquele que se destina a governar deverá primeiramente aprender, mediante a uma certa educação, a ser corretamente governado”. Isso só será possível mediante o estabelecimento de leis que regerão o sistema educativo, bem como o cumprimento das mesmas por toda a comunidade da polis.

Assim sendo, a partir desse pensamento, surge novamente a importância do legislador, o qual nesse contexto, “terá de descobrir os meios que permitirão aos homens tornarem-se virtuosos e eficientes para seus Estados” (ARISTÓTELES, *apud* HOURDAKIS, 2001, p. 25). Contudo, antes mesmo de o Legislador organizar o programa político do Estado, em condições nas quais se compreende a Educação como condição *sine qua non*, deverá, necessariamente, ponderar sobre outro ponto de expressiva relevância na vida política do indivíduo, levando em consideração que o homem, diferente dos demais viventes possui uma alma intelectiva, o que o eleva sobre os demais seres viventes. Dessa forma, Aristóteles (*apud* ABBAGNANO, 1991, p. 230) apresenta uma tripartição da alma, uma vez que este a distingue três funções

fundamentais para ela:

- a) a *função vegetativa*, que é a potência nutritiva e reprodutiva e é própria de todos os seres vivos a começar pelas plantas;
- b) a *função sensitiva*, que compreende a sensibilidade e o movimento e é própria dos animais e do homem;
- c) a *função intelectual*, que é própria do homem.

Ainda segundo Aristóteles (*apud* ABBAGNANO, 1991, p. 230) “as funções mais elevadas podem fazer às vezes das funções inferiores, mas não vice-versa; assim, no homem, a alma intelectual realiza também as funções que nos animais são desempenhadas pela alma sensitiva e nas plantas pela vegetativa”. Portanto, o homem torna-se sujeito autônomo por meio da alma intelectual presente no mesmo. Isso faz dele um ser capaz de aprender. Pode-se assegurar que primeiro ele aprendeu, depois transmitiu ao semelhante o conhecimento apreendido.

Faz-se necessário destacar o papel primordial da alma intelectual, no processo de ensino e aprendizado, uma vez que, de acordo com Abbagnano (1991, p. 231) ela:

Recebe as imagens tal como os sentidos recebem as sensações, a sua tarefa é julgá-las verdadeiras ou falsas, boas ou más; e conforme as julga aprova-as ou desaprova-as, deseja-as ou evita-as. O intelecto é, pois, a capacidade de julgar as imagens fornecidas pelos sentidos. ‘Ninguém poderia aprender ou compreender nada, se os sentidos nada lhe ensinassem; e tudo quanto se pensa, pensa-se necessariamente com imagens’. Todavia, o pensamento nada tem a ver com a imaginação; é o juízo emitido sobre os objetos da imaginação, e que os declara verdadeiros ou falsos, bons ou maus.

Logo é a alma intelectual que torna possível o conhecimento, porque só ela pode emitir juízos distinguindo o verdadeiro do falso e assim por diante. Entretanto, Aristóteles fala também que o homem divide sua vida em relação ao trabalho, *ascholia*, no que se diz respeito a dimensão corporal, e no tempo livre, *scholê*, para a alma. Neste sentido, o filósofo tem presentes a guerra e a paz.

Segundo Hourdakis, (2001, p. 26) é possível afirmar que em Aristóteles dá o seguinte: “a guerra se faz em favor da paz, enquanto o trabalho se faz em favor do tempo livre”. E em função disso, a relevância do legislador é ainda maior, pois por intermédio de sua intervenção legal poderá estabelecer quais leis servirão, bem como, quais estarão de acordo com a divisão da vida e dos atos correspondentes a ambos,

no afã de resguardar ainda de forma mais valorosa pela elaboração dos fins e objetivos finais, mais justos, assim, a paz e o tempo livre são fatores capazes de oportunizar ao homem momentos propícios para que suas virtudes políticas e morais sejam cultivadas.

Acrescentamos ao que foi dito acima que, para Aristóteles, segundo Reale e Antiseri, (1990, p. 201) “o bem supremo realizável pelo homem consiste em aperfeiçoar-se enquanto homem, ou seja, naquela atividade que diferencia o homem de todas as outras coisas”. É exatamente aqui que entra a dimensão da alma intelectual do humano, haja vista que ele “não pode consistir no simples viver como tal, porque até os seres vegetativos vivem, nem mesmo viver na vida sensitiva, que é comum também aos animais. Só resta, portanto, a atividade da Razão. O homem que quer viver bem deve viver sempre segundo a razão” (REALE; ANTISERI, 1990, p. 201). Neste sentido, somente a alma intelectual pode proporcionar a ele, vivendo em sociedade política, a virtude do bem viver.

A despeito disso, se observa que a Educação deve ser oportunizada a todos, independentemente se são crianças ou adultos, pois Aristóteles pontua que ela se propague a todos os quais necessitam de formação, e para isso o legislador contribui grandemente, até porque esse personagem, “por meio da educação, deverá fazer penetrar na alma dos cidadãos as virtudes que são as melhores tanto para os indivíduos separadamente como para o conjunto” (HOURDAKIS, 2001, p. 28).

Segundo Reale e Antiseri (1990, p. 201) comentando sobre a ação do indivíduo em relação à comunidade política asseguram que:

O bem do indivíduo é da mesma natureza que o bem da Cidade, mas este ‘é mais belo e mais divino’ porque se amplia da dimensão do privado para a dimensão do social, para a qual o homem grego era particularmente sensível, porquanto concebia o indivíduo em função da Cidade e não a Cidade em função do indivíduo.

É importante reafirmar, também, que o legislador deve ocupar-se da Educação dos jovens, caso contrário, isso poderá acarretar um desgaste para o sistema político. A esse respeito, Aristóteles pondera que a Educação necessita ser pública e não privada, pois assim sendo, o sujeito pensará de maneira a contemplar e a preservar o que é público, e que pertence a todos. Exemplo disso é que na *Política*, ele evidencia que os lacedemônios se ocupam e proveem a educação de seus filhos de forma pública. Além de defendê-la na esfera pública, o filósofo reafirma veemente,

que entre as coisas úteis a serem ensinadas, as que devem ser mais focalizadas são aquelas as quais se fazem indispensáveis para vida.

Aristóteles, contemplando mais um tipo de Educação, a não exercida diretamente pelo Estado, mas também pela família, em seu livro, *Ética a Nicômaco*, ressalta algumas considerações ao remeter-se à educação familiar, neste caso, privada, problematizando se essas devem ter por papel primordial pensar na formação do indivíduo como homem de bem uma vez que, segundo Aristóteles (2002, p. 141):

As regras estabelecidas para a educação que torna um homem ato à vida social são as regras geradoras da virtude em geral. Quanto à educação do indivíduo enquanto tal, a qual torna um homem simplesmente um bom homem, a questão de apurar se isso é a função da ciência política ou de alguma outra ciência, deverá ser determinada mais tarde, pois pareceria que ser um bom ser humano não é, em todo caso, o mesmo que ser um bom cidadão.

De qualquer forma, é evidente que ele considera a educação realizada no bojo familiar e ou privada necessitada de ser arraigada no Ensino Público e, sobretudo, para todos. Neste sentido, se antes Aristóteles não concordava com uma educação privada, pois acreditava não haver um bom ensino, se este não fosse o ensino público. No entanto, ele admite que a educação pode, também, ser de cunho privado, pois acredita que esta poderá ser útil. Embora ele reafirme, segundo Hourdakis (2001, p. 31), “é o Estado que, com a ajuda dos pais, tentará obter realizações do bem político por intermédio da educação familiar, privada e pública”. Isso se dá uma vez que, pelo pensamento lógico, todos os filhos devem obedecer aos seus pais, e com isso a instrução no âmbito familiar se dará evidentemente.

Em sua obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles (2002, p. 285) justifica que as:

Exortações paternas e hábitos familiares exercem autoridade no ambiente familiar, tal como promulgações legais e costumes nacionais têm autoridade no estado, e tanto o mais em função dos laços de relacionamento e dos benefícios concedidos que unem o chefe da família aos seus membros; ele pode contar com o afeto natural deles e com a obediência deles desde o início.

Portanto, é da responsabilidade familiar um processo contínuo de educação, uma vez que o ambiente é propício para o ensino e a aprendizagem continuada. Aristóteles, no que se refere à educação familiar, aponta que nessa o indivíduo será

tratado com muito esmero e levando sempre em conta casos particulares, diferindo assim da educação pública, o que será explicitado em passagens da *Ética a Nicômaco*, como a supracitada, e que a partir de então, fundamenta sua teoria Fisiopedagoga. Sobre este assunto, Hourdakís (2001, p. 32) justifica que Aristóteles “propõe, nesse ponto, uma série de medidas para a saúde da educação, cujo objetivo é controlar, fazendo tudo o que é humanamente possível de modo a assegurar as melhores condições possíveis para a formação dos cidadãos virtuosos e instruídos”.

Para tanto, um dos componentes que Aristóteles pontua é a Natureza, entendida nesse caso, como natureza biológica, a qual se preocupa com quesitos inerentes aos corpos das crianças, procriação, união conjugal para assim contemplar fundamentos da educação de uma cidade. Estas questões vão desde o período da gestação, a fase da amamentação e os primeiros exercícios físicos que a criança deve realizar.

Nessa perspectiva, retoma-se o papel do legislador, pois ele, da mesma forma, que se preocupava com os embates de quem governava e quem era governado, agora preocupará, também, com a questão dos filhos que sucederão os pais. Melhor exemplificando, nas palavras de Aristóteles (*apud* HOURDAKIS, 2001, p. 33) “não é justo que os filhos sejam mais jovens do que os pais, tampouco que haja uma diferença muito pequena entre pais e filhos, pois os filhos não respeitarão o suficiente seus pais, já que terão quase a mesma idade”. Por essa razão, tais dicotomias podem ser consideradas como um problema temporal, bem como um elemento de grande preponderância em sua teoria fisiopedagógica.

Além dos quesitos voltados a dicotomia entre idades de pais e filhos, há ainda outro indicador biológico, ou seja, o estado físico das futuras gerações, e novamente entra em vigor o papel do legislador para amparar o que seria ideal em relação aos filhos que serão gerados e que conseqüentemente, formarão os cidadãos do futuro.

A despeito disso, Hourdakís (2001, p. 33) comentando a teoria Aristotélica da educação diz que o filósofo sugere, para minimizar esses problemas, que se estabeleça faixa etária dos pais que podem ter seus filhos, assim, os homens para terem filhos poderiam ter, no máximo, 70 anos e as mulheres, 50. No afã de atender a essa faixa etária, sugeria-se que as mulheres se casassem com 18 anos de idade, já os homens dos 36 aos 37, e acima de tudo, ponderava que para formar cidadãos saudáveis a união dos indivíduos deveria ocorrer no inverno.

Aristóteles deixa claro a relevância dos exercícios físicos para os jovens que

irão se casar, porém alerta para que tais exercícios não sejam exagerados e que por ventura venham provocar desgastes ao invés de favorecer o fortalecimento e robustecer os corpos. Além disso, reflete sobre a alimentação que a mulher deve ter durante a gravidez, bem como a importância de se ter uma vida calma durante o percurso gestacional para não prejudicar o feto e dar à luz a uma criança saudável.

Além das questões que giram em torno do nascimento, nutrição, desenvolvimento da criança, movimentação corpórea, há indicativo para que se proporcionem a elas jogos semelhantes a tarefas sérias exercidas por adultos, pois assim elas poderão exercê-las quando estiverem em faixa etária mais elevada, já que o jogo é visto como “um elemento importante na iniciação pré-política das crianças na vida política do estado” (HOURDAKIS, 2001, p. 35).

Em síntese, para Aristóteles, os períodos de instrução de acordo com as idades se destacam em quatro, sendo o primeiro o da procriação e/ou pré-natal correspondente de 0 a 9 meses. O segundo correspondente a nutrição que é visto como a idade do bebê no 1º ano, a pequena infância na média do 2º ao 5º ano, a primeira infância do 5º ao 7º ano. O terceiro relacionado à educação e infância que transcorre do 7º ao 14º, a adolescência correspondida do 14º ao 21º. Por fim, o quarto período o qual é reconhecido como a maior idade a partir do 21º.

Após distinguir sobre os períodos de instrução, é interessante salientar que Aristóteles concebe a Educação, majoritariamente, aos cidadãos livres e do sexo masculino. Nesse viés, observa-se que o objetivo central dessa educação “continua a ser a instrução dos futuros cidadãos de um regime perfeito e são que, em virtude da idade, não adquiriram ainda seus plenos direitos políticos” (ARISTÓTELES *apud* HOURDAKIS, 2001, p. 38).

Em caráter mais detalhista Aristóteles aponta 4 matérias que devem fazer parte do currículo e ser ensinadas aos jovens, sendo elas: leitura e escrita, desenho, ginástica e a música.

Nesse prisma, o filósofo, segundo Hourdakis (2001, p. 39), justifica o ensino da leitura e escrita e desenho, acentuando que “por um lado, são úteis e prestam serviços em numerosas necessidades vitais, e por outro lado, podem ajudar as crianças a adquirir também outros conhecimentos”. Acrescenta, ainda mais sobre o desenho, ao evidenciar que ele possibilita ao jovem a sensibilidade, enquanto homens, e os tornarão capazes de apreciar o belo, tanto na forma natural como na forma artística. A arte é vista como a disciplina capaz de desenvolver as

potencialidades a respeito da coragem do jovem, por fim a música, sendo essa “uma forma de educação que deve ser dada às crianças, não porque ela serve praticamente para alguma coisa, nem porque é uma coisa necessária, mas porque convém a cidadãos livres, que possuem uma formação por natureza correta e saída” (HOURDAKIS, 2001, p. 40).

Não é válido, para Aristóteles, apenas afirmar quais são as disciplinas do currículo. Ele vai além, se preocupa da mesma forma com a ordem de prioridade na qual elas devem ser dispostas na instrução e na educação. Portanto, a educação para alcançar uma boa formação deve ser baseada nos hábitos e na razão. A que advém dos hábitos virá antes daquela baseada na razão. Por isso é que o exercício do corpo deve vir primeiro que o exercício do espírito.

Aristóteles expõe uma concepção muito relevante em relação à fisiologia da educação em geral, apontando três fins que devemos praticar e perseverar, sendo eles o intermediário, o possível e o conveniente, apontados como princípios pedagógicos autênticos. A despeito do fim intermediário Hourdakis (2001, p. 44) argumenta que “cada virtude é o intermediário entre o excesso e a falta. Ela deverá ser buscada em função da idade, do nível e do caráter de cada indivíduo, e, além disso, será preciso que seja ensinado o que convém de fato a um homem livre”.

Com efeito, o ensino no pensamento aristotélico não deve principiar a partir de certezas e verdades, mas sim de dúvidas e de problemas, pois assim o objetivo, como ele mesmo pontuou, será triplo, ou seja, servirá para:

Exercitar o espírito do aluno, de modo que ele possa imaginar facilmente a argumentação para cada problema que se apresenta, e conduzir à pesquisa filosófica, formulando dúvidas sobre cada coisa, e submeter a uma prova lógica cada problema, de forma que seja verificada a legitimidade da certeza em cada caso (Aristóteles, *Metafísica*, Os tópicos, 100 b 26-28).

Assim sendo, Aristóteles conjuga a Educação como um fim necessário para a vida toda, bem como no âmago de uma cidade educadora, na qual os indivíduos “são chamados a obedecer, a dar ordens, a julgar, e a participar das atividades políticas, sociais e artísticas” (Hourdakis, 2001, p. 48).

Sublinhando, ainda, que essa educação se efetivava, de fato, na ágora, na assembleia, no conselho, nos tribunais, nos banquetes, no teatro, nos jogos, nos locais de culto com cerimônias religiosas e nas próprias Leis do Estado, e, com efeito,

essa educação, que seria para toda a vida, apresentava substancial relevância para a teoria Fisiopedagógica de Aristóteles (*apud* HOURDAKIS, 2001, p. 48) pois “ela apresenta o fenômeno da instrução como uma luta permanente do homem e do Estado para adquirir o conhecimento e para conservar a virtude e a felicidade”, e talvez seja por isso que Aristóteles dizia que tanto o legislador quanto o cidadão deviam levar a sério o papel didático e pedagógico da Educação.

Considerações Finais

Conclui-se que a educação, como a é conhecida hoje, nos diferentes lugares do mundo, é resultado de um longo processo que teve seu início nos primórdios da Grécia antiga, sobretudo com os poemas homéricos. No entanto, vai ganhando força vital durante o período pré-socrático, estabelecendo-se de forma mais definitiva com Sócrates, Platão e Aristóteles, que representam a filosofia deste período. Porém a corrente sofística, que se desenvolve paralelamente à filosofia é hoje bem aceita como a mãe da pedagogia. O resultado do trabalho de Jaeger [*Paideia*] foi fundamental para a aceitação da sofística como uma corrente de pensamento, não só válida, mas que sem ela, a própria filosofia não teria se tornado o que se tornou no decorrer dos séculos.

A opção dessa pesquisa foi escolher entre as diferentes propostas de educação despontadas à época, a que mais parece ter uma consistência em um conjunto de obras de Aristóteles. A contribuição de Aristóteles é importante, uma vez que este filósofo estudou, pesquisou e escreveu sobre tudo o que, em seu tempo, e com os recursos que dispunha, era possível. Pode-se assegurar que Ele escreveu sobre tudo.

Por fim, a base da teoria aristotélica da educação está fundamentada sobretudo em três de suas principais obras: *A Política*, *A Ética a Nicômacos* e *na Metafísica*. O filósofo assegura que a educação deve ser de caráter público, de responsabilidade do Estado. Entretanto, ele ressalta que a família tem um papel preponderante da educação dos filhos e na cooperação com o Estado e que o cidadão bem formado deverá assumir, quando adulto, os cargos de administração pública na forma de revezamento, onde os mais experientes comandam e os mais jovens vão aprendendo, para no futuro também governar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, ELENO M.; GOMES JUNIOR, ACÁCIO. **A Alma sob o olhar filosófico e teológico**. Goiânia: Kelps, 2014.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, Estudos Bibliográficos e notas Edson Bini. Bauru: Edipro, 2002.

_____. *Política*. (Livros I, II e II). Tradução de Therezinha M. Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. *Metafísica*. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002.

ABBAGNANO, NICOLA. **Educação**. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução da 1. ed. de Alfredo Bosi; revisão e tradução de novos textos da 4. ed. Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *História da filosofia*. 5. ed. Lisboa: Presença, 1991.

HOURLAKIS, ANTOINE. **Aristóteles e a Educação**. São Paulo: Loyola, 2001.

JAEGER, WERNER W. **Paideia: a formação do homem grego**. Tradução de Artur M. Pereira. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATALLO JUNIOR, HEITOR. **A Problemática do conhecimento**. In: CARVALHO, Maria C. M de. (Ogr.) *Construindo o saber – Metodologia científica: Fundamentos e técnicas*. 2. ed. Campinas: São Paulo: Papirus, 1989.

MOACIR, GADOTTI. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

NISKIER, ARNALDO. **Filosofia da educação**. Uma visão crítica. São Paulo: Loyola, 2001.

PRÉ-SOCRÁTICOS. Tradução de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

REALE, GIOVANNI; ANTISEI, DARIO. **História da Filosofia**. 6. ed. Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990.

TARDIF, MAURICE. **Os Gregos Antigos e a Fundação da Tradição Educativa Ocidental**. In.: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. (Orgs.) *A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2014.